

3 O MITO DA FUNDAÇÃO DO REINO PORTUGUÊS E SEU “DESTINO MANIFESTO”

A história da Península Ibérica é feita de uma conjuntura caracterizada pela herança das passagens de vários povos e culturas por suas terras. Como produto de um mundo medieval influenciado por essa diversidade, nasce a nação portuguesa, resultado da simbiose das culturas celtas, romanas, visigóticas, árabes, em constante transformação. Para Portugal, a Idade Média significou, portanto, a época de gestação da sua constituição nacional, não podendo por isso ser encarada como uma “Idade das Trevas”, como tantas vezes a historiografia a considerou. Portugal tem suas raízes fincadas nesse mundo medieval, em que um jogo de forças entre o poder eclesiástico e o poder laico (dos reis e senhores), fez com que ocorresse uma ligação sólida entre Portugal e a fé católica, que acabou determinando as características fundamentais da formação e identidade desse reino.²¹

No século XII a Península Ibérica estava sob o domínio árabe no sul e no norte, dividida pelos reinos cristãos de características feudais, Leão, Castela, Aragão e Navarra, além do condado de Barcelona. Nesse contexto, o território que hoje é Portugal surgiu de um condado oferecido a D. Henrique de Borgonha, por Afonso VI, rei de Leão, que o fez no ano de 1096. O condado portugalense iniciava-se no rio Minho e terminava no rio Mondego, sendo que muito próximo a essa região havia a presença mourisca. D. Afonso VI fez um acordo com D. Henrique, determinando que esse não devesse buscar expandir-se para o norte, mas sim, procurar conquistar os territórios que estavam em poder do inimigo. É neste contexto que D. Afonso Henriques sucederá seu pai, carregando sobre seus ombros um peso de grande responsabilidade, já que havia o relato que o herdeiro de Borgonha, fora milagrosamente curado pela intercessão da Virgem Maria, ainda em tenra idade, o preparando para uma missão audaciosa.²²

A primeira figura sacralizada foi o próprio D. Afonso Henriques, o fundador do reino lusitano no século XII. Segundo o cronista Fernão Lopes, a própria Virgem Maria apareceu a D. Egas Muniz, marcando como sinal de Deus o menino, escolhido desde o nascimento para uma missão

²¹ O desenvolvimento dessa sociedade medieval ibérica e a relação ente Estado e Cavalaria podem ser encontradas em diversos autores medievalistas tais como: March Bloch, Jacques LeGoff, Georges Duby, José Mattoso, António José Saraiva e Oliveira Martins, todos pesquisados para o presente trabalho.

²² Existem dúvidas sobre a filiação de D. Afonso Henriques, uma vez que o filho de D. Henrique e D. Tereza nasceu enfermo com atrofia nos membros inferiores e é sabido que D. Afonso Henriques era normal e saudável. A história da cura de D. Afonso Henriques foi narrada pelo cronista Duarte Galvão, que afirma que D. Egas Moniz, tutor do menino foi quem obediente à Nossa Senhora, o levou até o Santuário da própria Virgem, em Cárquere, local do prodigioso milagre.

religiosa: "porque meu Filho quer por ele destruir muitos inimigos da fê". (LOPES, 1952, p. 15).

Por esses e outros tantos relatos místicos, é que no reino lusitano, toda a concepção teológica da Cristandade surgiu solidamente ancorada na ideia de fundação divina da monarquia. Dentro dessa perspectiva, a autoridade tem uma forte ligação com a própria divindade. O poder do monarca aparece, portanto, ancorado numa região que ultrapassa os limites da pobre humanidade. Suas raízes estão encravadas em um “Destino Manifesto”. O poder real surge da própria força divina onipotente.

Este poder, portanto, não é exercido em virtude de nenhum direito humano, mas apenas pelo privilégio da escolha divina. O monarca é o eleito de Deus; e por força dessa eleição gratuita seu poder é humanamente incontestável. O poder real é assim considerado como um dom, como graça divina. É "pela graça de Deus" que o monarca ocupa sua posição de chefia política sobre o povo. (AZZI, 2004, pág. 16).

D. Afonso Henriques foi sempre representado como um personagem superiormente dotado, corajoso, impertinente, destemido, honrado, recebendo de Deus uma proteção especial. Porém, de todas as trovas, jograis e crônicas feitas em sua homenagem, nada supera a narrativa do evento conhecido como “Milagre” de Ourique²³, que trará inúmeros reflexos na formação mística do imaginário português, além de trazer consequências políticas e religiosas, no que diz respeito ao relacionamento da coroa portuguesa com a Santa Sé. De acordo com relatos de diferentes cronistas²⁴, o próprio Cristo havia aparecido diretamente ao futuro primeiro rei de Portugal, para confiar-lhe o sagrado trono e garantir a certeza da vitória. Tal aparição ocorreu no céu depois de o rei ter saído de sua tenda, onde se encontrava em oração por ordem de um eremita, que lhe visitara no dia anterior. Repetia-se o sinal que Cristo dera a Constantino, antes da batalha de Ponte Milvia.

Importante documento que ajuda a consolidar essa história é a *Crónica de Portugal* de 1419, portanto reproduzida três séculos após o pretenso milagre. Assim a fundação de Portugal torna-se um evento mítico por excelência, marcado pelo surgimento de lendas e símbolos que perpetuaram a sua milagrosa origem ao longo de nove séculos. Segundo José

²³ Travou-se um combate no dia 25 de julho de 1139 entre D. Afonso Henriques e os muçulmanos, com vitória para o primeiro rei português. A tradição relata a vitória de D. Afonso Henriques sobre um numeroso contingente muçulmano comandado por cinco reis. Modernamente a historiografia relata que o exército muçulmano não seria tão numeroso, devido à situação de crise vivida pelos muçulmanos na Península e no Norte de África (Dicionário da Língua Portuguesa, 2003-2011).

²⁴ Esses relatos podem ser encontrados nas *Crônicas Gerais*, *Crônica do Vinte Reis*, *IVª Crônica Breve de Santa Cruz* e na *Crônica Geral de Espanha de 1344*.

Mattoso, "a Crónica de 1419 deu a esta lenda uma consagração oficial; os autores seguintes ampliaram-na cada vez mais, num sentido nacionalista". E prossegue enfatizando:

É uma maneira de afirmar que a nacionalidade corresponde a um arquétipo divino que os homens não podem alterar. Inscreve-se na essência das coisas, e exprime a convicção de que ela é um dado inalterável e eterno. (MATTOSO, 1985, p. 14).

Os cronistas, em princípio do século XVII, ainda sentiam a necessidade de realçar a crença de que o “milagre” legitimava a formação do reino português, como uma contínua afirmação da identidade nacional. Em 1602 Frei Bernardo de Brito publicou um documento apócrifo, segundo o qual o próprio rei redigira em Coimbra, no dia 29 de outubro de 1152, tornando público as palavras ditas por Cristo na aparição que antecedeu a épica batalha:

Não te apareci, deste modo, para acrescentar tua fê, mas para fortalecer teu coração neste conflito, e fundar os princípios do teu reino sobre pedra firme. Confia Afonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras em que pelejares contra os inimigos da minha cruz. Acharás tua gente alegre e esforçada para a peleja, e te pedirá que entres na batalha com o título de Rei. Não ponhas dúvida, mas tudo quanto te pedirem lhes concede facilmente. Eu sou o fundador e destruidor dos Reinos e Impérios, e quero em ti e em teus descendentes fundar para mim um Império; por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas. (BRITO, 1602, p. 126-127).

As sobrenaturais narrativas do Mito de Ourique contribuíram para que uma nova elite, surgida após a Guerra de Aljubarrota²⁵, construíssem uma harmoniosa relação com Roma. Divulgava-se exaustivamente uma ideia de “Destino Manifesto”, fundador da nacionalidade portuguesa, para que a Igreja fosse convencida a respeitar a “origem divina” de Portugal, levando seu povo a ficar mais impregnado pelo significado religioso da nação. Esses laços míticos reforçam a ideia de que o monarca português age como chefe de uma missão divina, para lutar contra o Islão, e, sobretudo como conquistador de novos territórios ou como defensor contra invasões que ameaçam a vida e os bens dos habitantes das zonas de fronteira. Dado que também outros reis da Península Ibérica combatem o mesmo inimigo, a condição

²⁵ A Batalha de Aljubarrota decorreu no final da tarde de 14 de agosto de 1385 entre tropas portuguesas com aliados ingleses, comandadas por D. João Mestre de Avis e o seu condestável D. Nuno Álvares Pereira, e o exército castelhano e seus aliados liderados por D. João I de Castela. A batalha deu-se no campo de São Jorge, pertencente à freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós, nas imediações da vila de Aljubarrota, entre o referido concelho e Alcobça. O resultado foi uma derrota definitiva dos castelhanos, o fim da crise de 1383-1385 e a consolidação de D. João I, Mestre de Avis, como rei de Portugal, o primeiro da Dinastia de Avis. Em Aljubarrota, D. João I mandou edificar o Mosteiro da Batalha. (MONTEIRO, 2003, p. 154).

de portugueses aparece como uma categoria dentro do conceito mais vasto de “cristãos”, por oposição aos “inimigos da fé”.

Não há que negar a importância deste facto no processo de formação da identidade nacional. Trata-se de um factor insistentemente posto em relevo pelos ideólogos do período nacionalista, para os quais Portugal teria nascido dos movimentos a que chamavam de cruzada. Todavia, não se pode também esquecer que a sua relação com a eclosão da nacionalidade é longínqua, dado que não se pode confundir a crença religiosa com o vínculo nacional. (MATTOSO, 1997, p. 24).

D. Afonso Henriques criado no território nacional, na cultura, na língua e nos ideais pátrios era rei por uma ordem natural, o que era constantemente associado à liberdade e autonomia do povo, que não poderia ser submetido a um soberano que não recebesse essa legitimação. Em Portugal, acima de um direito sucessório, consanguíneo e hereditário, estava a vontade do povo, única entidade capaz de promover a vocação original da nação. O povo é o herói coletivo depositário da missão atribuída pelo patriarca bíblico e pelo ideal de missão cruzadística de disseminação da fé e pedagogia do mundo.²⁶

A missão de Portugal se concretizaria com a construção do V Império, diferente dos quatro anteriores já extintos, em que por meio da tolerância os povos estariam unidos em torno de uma mesma religião, liderados pelo Povo da Nova Aliança que consumaria o grande Império da história, o Império de Cristo. Por ele, a humanidade estaria unida pela temporalidade e pela espiritualidade. Esse era o verdadeiro Império de Deus na Terra, concretizando a profecia de Daniel, que também havia anunciado a destruição dos impérios anteriores.

Buscando apoio em Roma para contar com a força moral do Papado, que era visto como base essencial do direito público e privado e dos progressos da sociedade, D. Afonso Henriques permitiu a ascensão social do clero, distribuindo os mais importantes cargos do reino. Ele reconhecia a supremacia do Pontífice Romano como detentor do direito público europeu, ao mesmo tempo em que derrotava o poderio de Leão e suas constantes ameaças de tentar reduzir Portugal à condição de condado e seu rei, à condição de vassalo.

Em 1179 o papa Alexandre III, por meio da *Bula Manifestis Probatum*, reconhece D. Afonso Henriques como rei de Portugal, além de confirmar que seus sucessores teriam o direito ao território que conquistassem dos mouros, desde que não pertencessem aos príncipes

²⁶O historiador português José Eduardo Franco é quem melhor trabalha essa relação entre a afirmação do monarca pelo povo português, como uma especificidade da história lusitana, em relação a outras cortes europeias.

cristãos vizinhos. Portugal ganhava um reconhecimento internacional, em que o rei assumia o controle do reino e dos lugares a conquistar, mas submetendo-se à jurisdição do Papado de Roma.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrepidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fê cristã, assim deixaste aos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de imitação. Deve a Sé Apostólica amar com sincero afeto e procurar atender eficazmente, em suas justas súplicas, os que a Providência divina escolheu para governo e salvação do povo. Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a proteção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. E para que mais te afervores em devoção e serviço ao príncipe dos apóstolos S. Pedro e à Santa Igreja de Roma, decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros e, com a ajuda de Deus, prometemos defender-lha, quanto caiba em nosso apostólico ministério. Continua, pois, a mostrar-te filho caríssimo, tão humilde e devotado à honra e serviço da tua mãe, a Santa Igreja Romana, e a ocupar-te em defender os seus interesses a dilatar a fê cristã de tal modo que esta Sé Apostólica possa alegrar-se de tão devoto e glorioso filho e não duvide da sua afeição. Para significar que o referido reino pertence a São Pedro, determinaste como testemunho de maior reverência pagar anualmente dois marcos de oiro a Nós e aos nossos sucessores. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga pro tempore, o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. Determinamos, portanto, que a nenhum homem seja lícito perturbar temerariamente a tua pessoa ou as dos teus herdeiros e bem assim o referido reino, nem tirar o que a este pertence ou, tirado, retê-lo, diminuí-lo ou fazer-lhe quaisquer imposições. Se de futuro qualquer pessoa eclesiástica ou secular intentar cientemente contra o que dispomos nesta nossa Constituição, e não apresentar satisfação condigna depois de segunda ou terceira advertência, seja privada da dignidade da sua honra e poder, saiba que tem de prestar contas a Deus por ter cometido uma iniquidade, não comungue do sacratíssimo Corpo e Sangue de Jesus Cristo nosso divino Senhor e Redentor, e nem na hora da morte se lhe levante a pena. Com todos, porém, que respeitarem os direitos do mesmo reino e do seu rei, seja a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, para que neste mundo recolham o fruto das boas obras e junto do soberano juiz encontrem o prémio da eterna paz. (*Bula Manifestis Probatum* de 23 de Maio de 1179).²⁷

²⁷ Apesar da submissão acordada pelo primeiro rei de Portugal, a relação com Roma nem sempre foi amistosa. Influenciados pelo espírito cavaleiresco, sobretudo da cavalaria templária, os monarcas portugueses defendiam um cristianismo que se distanciava de Roma, pois defendiam um cristianismo puro e primitivo.

Apesar dessa proximidade entre realeza e papado havia uma relação de complexidade que determinou que fossem frequentes as divergências entre a monarquia portuguesa e as autoridades eclesiásticas, demonstrando que a convivência com a Santa Sé era inconstante, além de uma não obediência portuguesa a Roma, como se esperava. Por isso, a relação das duas instituições foi muito mais de tolerância, de conveniência e de concessões de ambas as partes, levando-se em consideração a conjuntura da época.

Deve-se enfatizar que sobremaneira alguma, os princípios de liberdade e de escolha, defendidos desde a fundação de Portugal e de seus valores nacionais, poderiam ser desrespeitados. Segundo Fernando Oliveira²⁸, Portugal seria livre política e juridicamente, não podendo ser submetido a nenhuma entidade política superior que subalternizasse o país (principalmente dos rivais Leão e Castela); além de estar imune a pagar censos, tributos a senhorios hierarquicamente superiores, do qual houvesse algum tipo de dependência, incluindo até o próprio Papado, já que a mentalidade que imperava era justamente a de um reino com um destino maior e excepcional, devendo essa característica ser respeitada por qualquer que fosse a instituição.

3.1 O ESPÍRITO CONQUISTADOR/CRUZADISTA PORTUGUÊS E OS MITOS IMPULSIONADORES DO SEU “DESTINO MANIFESTO”²⁹

Na construção dessa mentalidade de povo escolhido e marcado por um destino salvífico da humanidade, algumas instituições se configuravam como essenciais ao cumprimento da ordem divina entre elas estavam a cavalaria e seus cavaleiros.

Os cavaleiros medievais se caracterizaram por combater mais pelo lucro do que pela fé, até se tornarem homens combatentes dos valores cristãos, após passarem pela clausura em mosteiros, onde se observava a Regra de São Bento³⁰, com a finalidade de aproximar o cavaleiro do sagrado. Nesse contexto, surge a figura de São Bernardo de Claraval, tentando cativar a cavalaria, combatendo em sua visão os seus graves defeitos: o orgulho, a busca pela

Vários monarcas portugueses foram excomungados, o que faz desse país o recordista de excomunhões por Roma: 19 vezes (DAEHNHARDT, 2005, p. 28).

²⁸ FRANCO, José Eduardo. “Fernando Oliveira, o construtor do Mito de Portugal”, in ISTA – Instituto São Tomás de Aquino (<http://www.triplov.com/ista/cadernos/franco1.html>, consultado em 18/03/2017).

²⁹ Não estarão contemplados na presente dissertação os mitos posteriores a 1455, data da publicação da última bula a ser aqui analisada, portanto o principal mito messiânico, qual seja, o que envolve D. Sebastião não entrará em nossa análise.

³⁰ A Regra de São Bento – elaborada em 534 – foi a primeira vez que se observou uma experiência comunitária monacal ordenada por uma regra que, mesmo respeitando a tradição anterior, apresentou novidades próprias e importantes à sua conjuntura. Em linhas gerais, o cerne da regra se resume no princípio do *ora et labora* [oração e trabalho] e espiritualidade tripartida (castidade, pobreza e obediência).

riqueza, criando monges-guerreiros defensores de uma moral cavaleiresca, disciplinados e que não necessariamente deveriam se prender aos mosteiros.

Graças ao valor militar dos cavaleiros medievais existia, por conseguinte, uma grande proximidade com o sagrado, o que reflectia a mística universal da tradição guerreira. Conjugaram-se, desta forma, os ideais da cruz e da espada, o que permitiu a emergência de líderes íntegros menos preocupados com o auto-engrandecimento e egos pessoais. (SEBASTIÃO, 2012, p. 37).

Pela defesa de tais valores e necessitando reformar a vida monástica e cavaleiresca, Portugal se tornou para o grande orador de Cister um terreno fértil para se colocar em prática sua defesa de que seria possível para o monge-guerreiro traçar um caminho de contínuo progresso espiritual. Acima das instituições estaria o valor pessoal, a virtude, em que o mérito e a santidade superariam a autoridade. Essa proximidade com Portugal, fez com que a visão de Bernardo enxergasse esse lugar como um território destinado a se impor sobre outros lugares e a conduzir a fé cristã a um processo de expansão³¹.

O mundo português ancorava-se dessa forma espiritual, intelectual e eticamente pela ação de sua sagrada coroa, pela influência da Ordem de Cister e pela ação militar do espírito cruzadista. A expansão não era simplesmente uma ação de domínio, de autoridade eclesiástica, era uma forma de a Igreja se converter, converter os súditos da coroa portuguesa e também de purificar seus cavaleiros.

Apesar da origem pagã do favor das armas, a relação entre a violência e o sagrado foi cristianizada desde as origens. Por uma aceitação deliberada dos monarcas ou sob a pressão da cultura clerical, a interpretação religiosa do sagrado prevaleceu em Portugal, sobretudo, para o caso da função militar e da missão evangelizadora de seus reis.

Os dois primeiros monarcas, Afonso Henriques e Sancho I, são grandes batalhadores porque, como todos os soberanos ibéricos, concebem a sua legitimidade (por conseguinte a do reino) como saída do favor das armas; são mais reis vencedores

³¹ Bastante conhecido pela historiografia é o discurso de São Bernardo de Claraval, proferido antes da II Cruzada e chamado genericamente de "As duas espadas". No entender de Bernardo de Claraval, os soldados e os grupos que estavam organizados para as Cruzadas são o exército de Cristo, e a presença espiritual da Igreja como sinal indelével da vitória definitiva sobre as forças do mal. É claro que a maldade, aqui, está associada aos infiéis – os muçulmanos que "ocuparam" a Terra Santa e dificultaram aos cristãos o acesso a lugares sagrados, que eram objeto de profunda devoção. São Bernardo não encontra nenhuma dificuldade em apresentar a tarefa dos cruzados e, de modo específico, a dos Cavaleiros Templários, como uma conquista abençoada, desejada pelo próprio Jesus. Ao recuperarem para os cristãos a Terra Santa, os cruzados estariam, de fato, atuando como missionários e evangelizadores, numa demonstração viva da eficácia redentora do Cristo. Esse discurso será exaustivamente utilizado por Portugal no período das conquistas da África e de seus habitantes, para ser mais um legitimador do Tráfico Negroiro.

que reis-hóstia oferecidos em sacrifício ao seu povo.
(BOISELLIER, 2016, p. 30).

Papel fundamental na construção dessa identidade guerreira, cruzadista e evangelizadora teve a Ordem Nova de Cristo, ou Ordem de Cristo, fundada por D. Dinis em 1319, que na verdade era uma maneira de reordenar o papel da Ordem dos Templários que se encontrava em litígio com Roma, mas que era na visão do rei português, imprescindível para proteção do reino, além de não poder abrir mão das atividades econômicas e políticas que foram desenvolvidas pela ordem desde sua instalação em Portugal, o que ocorreu em 1124, portanto antes mesmo de sua consolidação enquanto reino independente. Os cavaleiros de Cristo seguiam a regra de São Bento, em termos religiosos e manteve a tradição dos Templários no que diz respeito às relações com a monarquia, ou seja, seus mestres e comendadores deveriam ser legitimados pela autoridade real, o que afetou diretamente a construção de uma neutralização da natureza religiosa da Ordem.

Justamente por esse caráter mais secular se construiu uma profunda relação de proximidade com a realeza portuguesa, assim a história de Portugal não pode ser desassociada da Ordem de Cristo, já que essa foi fundamental para construção e consolidação do espírito nacional português. A Cruz Templária foi carregada por essa Ordem, estando presente nos campos de batalha, nas conquistas do norte da África, nas caravelas que empreenderam os descobrimentos, na construção do seu grande Império Marítimo. Sob esse sinal as velas portuguesas deixavam claro que o cavaleiro e o navegador andavam juntos em uma consciência missionária que caracterizou Portugal, que ao contrário de outros povos não exterminou as populações conquistadas, nem mesmo praticou algum tipo de pilhagem ou saque, mas procurou mais estabelecer comércio e alianças durante os descobrimentos. Para boa parte dos historiadores portugueses³², essa mentalidade humanista seria herdada dos Templários, que se preocupava muito mais com o conhecimento do que propriamente pela aventura e enriquecimento rápido.

Coube a Dinastia de Avis³³ inaugurar esse projeto missionário, representando um novo momento na história europeia: a expansão para um mundo além da cristandade. Com

³² Cito aqui como exemplos, José Mattoso e Jaime Cortesão.

³³ A morte de D. Fernando I, rei de Portugal, em 1383, desencadeou uma série de disputas pela sucessão ao trono. Do enlace do rei com Leonor Teles havia uma única filha, D. Beatriz, casada com o rei de Castela. O casamento entre a infanta portuguesa e o monarca castelhano não havia produzido herdeiros até então, o que constituía a ameaça de uma regência do monarca castelhano. A outra opção era a nomeação da rainha viúva como regente do reino de Portugal até que sua filha gerasse um herdeiro, afastando assim João I de Castela do trono luso. Todavia, muitos setores da sociedade portuguesa não viam com bons olhos a eminente união dos dois reinos, postando-se contra a aclamação de D. Beatriz e a regência de Leonor Teles. A burguesia e o povo português se uniram em favor do mestre de Avis, filho bastardo de El-rei D. Pedro I, para que ele assumisse o

seu primeiro monarca, D. João I encerrou-se um ciclo de conflitos de guerras na Península Ibérica, o que determinou que alguns dos seus sucessores como D. Henrique e D. Pedro, se dedicassem a exploração do mundo e ao projeto expansionista. D. Henrique se cercou de sábios, aventureiros e especialistas em navegação com o intuito de explorar a navegação atlântica, além de se dedicar à busca das supostas enormes quantidades de ouro existentes na costa africana, conforme as narrativas dos navegadores italianos. Explorando exaustivamente essa região, Portugal passa a detalhadamente conhecê-la para estabelecer alianças e escolher os lugares onde o projeto missionário se concretizaria. Já D. Pedro preferiu explorar as próprias terras da Europa, buscando fazer alianças e recolhendo informações sobre terras além-Europa, que foram cruciais na construção de mitos que influenciaram o imaginário português, impulsionando os descobrimentos e aproximando Portugal da Santa Sé, como verdadeiro defensor da fé cristã em um momento difícil vivido pela mesma.

... os motivos fundamentais daquilo que é conhecido como época dos Descobrimentos parece ter surgido de uma mistura de factores religiosos, económicos, estratégicos e políticos. É claro que nem todos idênticas em proporções; até os motivos primariamente inspirados por Mamona foram muitas vezes misturados inextricavelmente com coisas pertencentes a César e a Deus – como mostra o caso daquele mercador italiano medieval de Prato, que encabeçava todas as páginas dos seus livros de registro com a invocação: 'Em nome de Deus e do lucro. Com risco de uma simplificação exagerada, pode, talvez, dizer-se que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou mercadores), foram numa ordem cronológica, mas sobrepostos em diversos graus: 1. um zelo de cruzada contra os muçulmanos; 2. o desejo de se apoderarem do ouro da Guiné; 3. a questão do Prestes João; 4. a procura das especiarias orientais. (BOXER, 1969, p. 70).

3.2- O PRESTES JOÃO – O MITO ULTRAMARINO

Para muitos o tema do Preste João é visto como centro ideológico do projeto dos Descobrimentos, pois seria um projeto ecumênico e imperial cristão europeu. De acordo com essa lenda, bastante divulgada nos séculos XV e XVI, havia na Ásia um rei cristão que poderia auxiliar os europeus na luta contra os infiéis muçulmanos. Tal mito influenciou o imaginário europeu na busca por esse reino liderado pelo monarca Preste João, a qual se

controle do reino atuando como “regedor e defensor” de Portugal. Nas cortes de Coimbra, reunidas em 1385, o mestre de Avis, D. João, foi escolhido como rei de Portugal. (COSER, 2011, p. 8).

atribuía um documento, “Carta do Preste João”, rei das Índias, poderoso, rico e imbatível.³⁴ O mito do Preste João conheceu uma difusão extraordinária na Europa medieval, sobretudo a partir de 1165, quando outra carta não menos famosa que foi posta a circular onde o mítico rei se dirigia a “Emanueli, Romeon gubernatori” (imperador bizantino). Era um documento fictício e fantasioso que aumentou ainda mais a imaginação fabulosa do Ocidente medieval. Nela se confirmava o poder e a riqueza do chefe (também espiritual) de um território que atravessava as três Índias e o deserto de Babilônia até atingir a torre de Babel, razão que determinou o interesse em localizar um rei tão potente, ainda por cima cristão, nas terras do Oriente.

O espírito cruzadista remanescente em Portugal fora dirigido exclusivamente contra os muçulmanos do Marrocos e à procura do ouro da Guiné, agora reforçado pelo mito do Prestes João. A localização desse reino era incerta, mas se supunha que o mesmo estava situado no limite dos domínios islâmicos na Ásia Central. Entretanto, a partir de 1402 sua localização foi aos poucos se deslocando para a Etiópia (Abissínia), por conta da visita de alguns monges e enviados etíopes que chegaram à Europa, oriundos do seu antigo e isolado reino cristão copta³⁵, localizado nas montanhas entre o Nilo e o Mar Vermelho.

Pelo menos um desses enviados conseguiu chegar a Lisboa, em 1452; mas acontecimentos posteriores provam que os portugueses, como outros europeus, só conseguiram obter um conhecimento vago de como era e onde se situava este país. As versões mais extravagantes do Prestes João, como, por exemplo, a afirmação de que comiam à sua mesa, de esmeraldas, 30 000 pessoas, sentando-se ao seu lado direito trinta arcebispos e ao seu lado esquerdo vinte bispos, parece não ter circulado tanto em Portugal como noutros países europeus. Mas em Portugal, como em toda a parte, acreditava-se indubitavelmente que esse misterioso rei-sacerdote, uma vez localizado em definitivo, seria um aliado inestimável contra os muçulmanos, quer fossem eles Turcos, Egípcios, Árabes ou Mouros. No que diz respeito aos portugueses, esperavam encontrá-lo numa região africana, onde poderia ajuda-lo contra os Mouros. (BOXER, op. cit., p. 43).

³⁴ A lenda do Preste João é associada ao Mito hermético do Grande Monarca. A localização do Reino do Preste João era desconhecida, apenas se relatava que se tratava de um reino de grande riqueza e poder. Segundo a lenda, Preste João teria enviado presentes ao Imperador Francisco II (Imperador do Sacro Império Romano). Contudo esse não teria sido um receptor digno e capaz dos referidos presentes: água da eterna juventude, uma veste incombustível e um anel com três pedras; manifestando capacidades temporais para governar, mas não as capacidades espirituais para se tornar um Imperador Espiritual e Universal. Desta forma, segundo a lenda italiana, não terá existido a regeneração e o Sacro Império Romano foi condenado a decair. (EVOLA, 1993, p. 68).

³⁵ Egípcios que abraçaram o cristianismo ainda no século I. No século V adotaram o Monofisismo (considerada uma ideologia herética pelo Concílio de Calcedônia em 451 d.C.). Ao longo dos primeiros séculos do Cristianismo, estenderam sua influência sobre a região da Etiópia.

Com as expedições portuguesas cada vez mais frequentes em terras africanas e ao aumento do contato com os cristãos de orientação copta, revela-se ao mundo um Reino do Preste João, diferente daquele que as lendas construíram. Na região da atual Etiópia, então Abissínia, reino cristão primitivo (seguiram os ensinamentos dos Atos de Tomé e do Evangelho de Tomé)³⁶, empobrecido e exposto a ataques e invasões externas, bem diferente do paraíso propagandeado pelas Cruzadas. O Reino do Preste João representava a resistência cristã diante da expansão islâmica, para além de se localizar em região estratégica que poderia servir de escala de pontos de comércio e de resistência aos avanços para o ocidente dos turcos.

Diante da mudança de localização do reino do rei-sacerdote, não mais na Ásia como os mitos e lendas afirmavam, mas na África, ficava legado aos portugueses o protagonismo de exploração deste continente, o que lhes renderá ainda a primazia da exploração do Oceano Índico, o que redefiniria também o projeto cruzadístico português, que seria controlar o Mar Vermelho e defender a Etiópia das invasões muçulmanas. Durante séculos, Portugal havia perseguido a ilusão de um ideal, o Reino dos Céus na terra, que protegeu dos Turcos quando encontrou, mas depois de ter salvado, por influência de Roma, buscou de forma intolerante converter os hereges coptas sem levar em consideração a influência que o tempo, o espaço e a identidade cultural exerceram sobre os hábitos, as tradições e as vivências culturais e religiosas daquela nação. Fracassava a empreitada portuguesa de encontrar o Preste João, por outro lado criava-se entre a coroa e o papado uma aproximação ainda mais sólida, que seria decisivo para o apoio incondicional deste ao projeto português de dominar a África.

3.3 O MESSIANISMO DE D. JOÃO I

O primeiro cronista oficial português, Fernão Lopes³⁷, foi responsável pela produção de fontes históricas essenciais para se compreender a crise que envolveu a mudança dinástica entre 1383-1385, além de contribuir decisivamente para a compreensão da eleição de D. João (Mestre de Avis) a rei de Portugal. Lopes realiza em sua crônica um longo discurso histórico

³⁶ As principais diferenças religiosas do cristianismo “etíope” são relatadas em *A Verdadeira Informação sobre as Terras do Prestes João*: prática religiosa, no geral, e, em particular, em relação aos sacramentos do batismo; da confissão; e da comunhão; na vivência da Páscoa. As igrejas tinham várias imagens de Jesus Cristo e Nossa Senhora, dos apóstolos, patriarcas, profetas e anjos, e de São Jorge. Contudo, os abexins não possuíam imagens ou estátuas de Cristo crucificado, pois não se consideravam dignos de ver Seu sofrimento. Além disso, seguiam também costumes judeus como o *sabat*, a não ingestão de alguns alimentos e a prática da circuncisão. (ÁLVARES, 1943, p. 228).

³⁷ A chamada *Crônica Geral de Portugal*, iniciada por Fernão Lopes por volta de 1419, representa a primeira iniciativa portuguesa de elaborar uma história geral do reino, que tanto pode ser entendida como uma forma de assegurar, por meio da tessitura de um passado próprio, a independência de Portugal em relação aos reinos vizinhos.

e político, influenciado pelas condições históricas em que sua obra se realiza, pelo cargo que ocupava, além de estar envolvido com o imaginário de sua época, criando uma imagem sagrada de D. João e da Dinastia de Avis, cancelando seu caráter divino, defendendo a legalidade do poder dessa família.

Com a finalidade de propagandear como o fundador da Dinastia de Avis era notável, além dos seus descendentes, Fernão Lopes, segundo Zurara³⁸:

...despendeu muito tempo em andar pelos mosteiros e igrejas buscando os cartórios e os letrados delas para ter informação. (ZURARA, 1915, p. 12).

O preciosismo do cronista português pode ser explicado pela avidez em não deixar nenhuma dúvida sobre uma escritura que ele considerava, deveria estar revestida de fé, para em nenhum momento encobrir o que era certo, como o próprio escrivão defende em sua crônica. Para Lopes, contar uma história era torná-la semelhante à atividade tabelional, ou seja, documentalmente embasado, buscando em cartórios, colhendo documentos preciosos para ser fiel aos eventos do passado. Diferentemente dos cronistas medievais, o primeiro cronista de Portugal, não era testemunha ocular dos eventos por ele narrado, portanto seu ofício era mais desafiador ainda, já que pretendia ser porta-voz individual de uma verdade que viria a ser coletiva.

... e por que antigamente nenhum era ousado escrever história salvo aquele que visse coisas ou delas tivesse conhecimento; por que a história tem que ser a luz da verdade e testemunha dos antigos tempos. E nós, posto que as não víssemos, de muito resolver os livros com grande trabalho e diligência, ajuntamos as mais chegadas à razão, e que os autores pela maior parte consentem. E por isso danamos e reprovamos e havemos por nenhuma quaisquer crônicas, livros e tratados que com este volume não concordam. (LOPES, 1973, p. 160).

Com todo esse cuidado a escrita de Fernão Lopes tornou-se a maior expressão da construção da imagem do fundador da casa de Avis, como sendo alguém predestinado e tendo a sua ascensão ao trono como um ato profético. A ascensão ao trono pelo Mestre de Avis ocorre em um clima de grande tensão, em um reino dividido, onde pela visão do cronista reflete todo imaginário do momento, entre “portugueses verdadeiros” e traidores castelhanos,

³⁸ Nascido provavelmente entre 1410 e 1420, Gomes Eanes de Zurara foi o segundo cronista oficial português, cargo que ocupou desde 1454 até à sua morte, em 1474. Tendo recebido instrução literária, no seguimento da sua ida para a corte de D. Afonso V, pode afirmar-se que Zurara demonstra uma assinalável influência humanista, uma vez que entre o grande número de autores que cita se encontram vários clássicos (como Homero, Hesíodo, Tito Lívio, Cícero e muitos outros), e as suas obras revelam uma erudição que raramente encontra paralelo nos autores portugueses coetâneos.

bons e maus, ou entre um rei escolhido por Deus e outro pelo Diabo. O que estava em questão não era somente a defesa da causa nacional portuguesa, com o risco de Portugal cair nas mãos de Castela, mas o que Portugal e sua autonomia representam para a fé cristã. Soma-se a essa visão, a ideia levantada pelo cronista, que junto com a nova dinastia viria também um novo grupo de pessoas, que apoiaram a mudança dinástica, fazendo com que uma nova linhagem, a “Sétima Idade”, fosse colocada em um tempo transcendental, com um sentido religioso profundo.

Deve-se destacar que esse sentido mais profundo, dado aos fatos e às personagens pela escrita do cronista, pode ser relacionado a um conjunto de fatores que se referem tanto a algumas correntes escatológicas, milenaristas e messiânicas em Portugal – e puderam ajudar a compor um imaginário favorável à chegada de um messias e o despontar de um novo tempo – como ao contexto europeu de cisma religioso (1378-1417). Acerca desse primeiro fator é digno de reparo que o espaço ibérico foi propício à divulgação das correntes escatológicas, milenaristas e messiânicas, uma vez que as civilizações judaica e cristã conviveram por longos séculos nessa fachada da Europa meridional, voltada para o mediterrâneo, fomentando-as. O desejo de conhecer o futuro, a ânsia por calcular quanto tempo demoraria até que o mundo acabasse, ou a vontade de reconhecer os signos que anunciariam esse acontecimento, foi uma herança trazida pela Bíblia e acrescentada por alguns escritores judeus e cristãos. Assim, uma contagem de tempo estabelecida a partir da concordância entre os seis dias que Deus teria demorado para criar o mundo e a divisão do tempo do mundo em seis idades, bem como as nuances que sobreviveriam o retorno de Cristo, parecem ter sido buscas constantes de diversos homens sábios desde longa data. (MÉRCURI, 2001, p. 86).

Contribuiu também para essa crença milenarista algumas reflexões realizadas pelo monge Joaquim de Fiori (1132-1202), abade cisterciense, fundador da Ordem dos Florianos, que pela primeira vez, apresentou um sistema dinâmico e escatológico da teoria da história, traduzido na Teoria das Três Idades da Humanidade, onde preconiza o aperfeiçoamento progressivo da Humanidade, pela libertação espiritual absoluta na última idade – do Espírito Santo. Santo Agostinho e Hugo de São Vitor, já tinham dividido a história em três épocas distintas: uma época prévia no tempo da lei de Moisés; outra submetida a essa lei e por fim, outra no momento da encarnação de Cristo. Fiori trazia uma novidade em relação a essas abordagens, pois construía uma coincidência entre o status do mundo com as três pessoas da Santíssima Trindade, como se no último momento ocorresse a intervenção de Deus na

história, o momento mais apoteótico.³⁹ As ideias joaquimistas do “*Evangelho Eterno*”⁴⁰ representaram uma tentativa de renovar a Igreja e o mundo cristão cuja ideia fundamental residia na fé de um Reino de Deus prometido no Antigo Evangelho e reforçado pela vinda do Filho de Deus cujo relato estava presente no Novo Evangelho. No fundo, as ideias joaquimistas representavam uma corrente de reforma de vida eclesiástica e moral, da organização política e social da época, em resposta às perturbações que então se viviam.

Também envolvido pela leitura do *Apocalipse de São João*, Joaquim de Fiori afirmava que os cinco tempos já havia sido concluídos e cinco dos sete selos havia sido abertos, daí o sexto selo despontava como um tempo de violência e por conflitos causados com a presença do Anticristo. Entretanto, Fiori anunciava também que Deus enviaria um homem de profunda fé, inspirado pelo Espírito Santo, para dar início à abertura do sétimo selo, tempo semelhante ao descanso de Deus no sétimo dia da criação, um tempo em que os homens teriam a oportunidade de chegar ao conhecimento de Deus, por sua revelação.

A interpretação da doutrina joaquimista evidenciava a possibilidade de que tudo poder ser reformado, inclusive a própria Igreja, por isso, as ideias do abade tiveram ampla aceitação entre os franciscanos, pois esses insistiam em uma reforma espiritualizante da Igreja, em um tempo de bondade associado à simplicidade e felicidade que poderia ser inaugurada por algum rei ou imperador. Nesse sentido, a ordem mendicante mais importante, a franciscana, que tinha uma ótima relação com D. João I e outros reis da casa de Avis, foi um importante auxílio na divulgação dos ideais joaquimistas, contribuindo para difusão de um imaginário dotado de esperanças proféticas e messiânicas. Fernão Lopes não pode ignorar esse imaginário, que diante da ameaça da invasão castelhana demonstra total influência das ideias de Fiori:

... vós deveis saber como este reino por nossos pecados é agora dividido em duas partes, de acordo com a vinda do Anticristo. Não podia fazer maior divisão do que esta terra sofre: aqui todos os castelhanos são contra Portugal e a maior parte dos portugueses segundo vedes. Porém, não esquecendo isso, o mestre com toda a vontade põe de todo a defender, sofrendo para tanto grande trabalho e perigo. (LOPES, op. cit., p. 211)

³⁹ A obra de referência sobre Joaquim de Flora é RUCQUOI, 2004.

⁴⁰ Face à controvérsia das ideias joaquimistas, a Igreja de Roma perseguiu o abade que se viu obrigado a ocultar as suas ideias e escritos mais polêmicos. Esse fato leva à discussão sobre a autenticidade das obras de Joaquim de Flora, nomeadamente, sobre a identificação do “*Evangelho Eterno*” enquanto escrito de Joaquim de Flora ou dos discípulos, ou enquanto doutrina resultante do conjunto das suas obras. (RENAN, 1866).

Nas palavras do cronista português se apresenta um cenário apocalíptico que atormentava o reino de Portugal, já que a invasão castelhana por D. João teria trazido a fome, a guerra e a peste, mas ao mesmo tempo suas palavras alimentam a esperança de que persistentemente o mestre de Avis, mesmo diante de toda dificuldade, defenderá o reino. O cenário que envolve o contexto da transição dinástica em Portugal era de fato muito incerto, o reinado de D. Fernando fora marcado pelo esgotamento das finanças e pela passagem do “anjo da morte” mandado por Deus, a peste. Com sua morte, ergueu-se um grupo de nobres que apoiavam o rei de Castela que eram chamados de “traidores castelhanos”⁴¹, que poderia ser um sinal da vinda do Anticristo, que por vezes também era associado ao Cisma do Ocidente, tão marcante nesse momento, colocando a cristandade em um complexo momento, já que a Igreja estava dividida entre dois pontífices, um residente em Roma e outro em Avignon.⁴²

Em Portugal a escolha do novo pontífice envolvia muitas questões, pois dela dependia um auxílio ou não dos ingleses, na luta contra os castelhanos. A Inglaterra apoiava o papa de Roma, assim como Portugal, já Castela apoiava o papa da França, que tinha interesses na manutenção do papado em suas terras. As disputas entre Inglaterra e França na Guerra dos Cem Anos eram transmutadas para a Península Ibérica. Criava-se assim uma disputa de interesses políticos transferida para o campo religioso, o bem contra o mal, o fiel contra o infiel. A figura de um monstro de duas cabeças, associando-se ao que estava ocorrendo com o corpo místico, a Igreja, era apresentado como forma de explicar aos fiéis a gravidade da situação e como naquele momento era necessário a ascensão de alguém trazendo também uma mística marca, na missão de reconduzir o reino e conter a ameaça dos infiéis castelhanos.

Por tudo isso, pode-se dizer que muitas foram as nuances pintadas por Lopes para compor um cenário propício aos anúncios proféticos, messiânicos e milenaristas. E que foi, pois, recorrendo a uma linguagem evangélica e sacralizada – a qual circulava em sua época e em seu meio – que o cronista conseguiu justificar a aura messiânica que envolvia o Mestre de Avis e que, portanto, renunciava o direito do mestre de ser rei de Portugal: direito que se comprovava até mesmo por um

⁴¹ Essa expressão é diversas vezes usada por Fernão Lopes em sua crônica.

⁴² Essa divisão ocorreu em virtude da escolha de um papa italiano, o arcebispo de Bari (Urbano V) no ano de 1378 ao Pontificado, após o predomínio, por diversas décadas, de papas franceses; tal escolha teria gerado uma reação adversa por parte de alguns cardeais que ao julgarem a eleição do italiano inválida, recorreram a outra, na qual foi designado o cardeal Roberto de Genebra (Clemente VII) como novo papa. Dessa forma, o conjunto da cristandade teve que tomar partido por um dos pontífices, pois o papa Urbano havia permanecido em Roma e o papa Clemente em Avignon. Em virtude disso, ao longo desse período, a divisão da cristandade chegou a níveis tão profundos que, mesmo dentro das instituições eclesiásticas e das ordens religiosas ocorreram cisões, além de, em alguns casos, certos reis negarem obediência a ambos os papas ao converterem-se em representantes máximos da Igreja em seus reinos. (SORIA, 1996, p. 33-34).

tempo novo inaugurado por esse soberano. No entanto, muitos outros aspectos – concernentes a um plano de escrita delineado pelo sentido profético do tempo e das personagens – são descritos pelo oficial da escrita para corroborar tal justificação, tais como: a descrição dos presságios divinos, o aparecimento de sinais, a lembrança de acontecimentos maravilhosos, as associações bíblicas e a explicitação dos gestos dos portugueses e mormente do mestre: que colocavam amparados pela destra divina. Dessa maneira, convém conceder atenção a cada um desses aspectos. (MERCURI, op. cit., p. 94).

O cronista Lopes recorre a sonhos proféticos o papel reservado por Deus ao mestre de Avis, lembrando inclusive do rei D. Pedro, pai do mestre de Avis, que viu “Portugal ardendo em chamas, mas aparecia D. João com uma vara na mão e com ela apagava logo aquele fogo todo”.⁴³ Por várias vezes o próprio D. João teria contado a seus familiares sua vontade de defender a pátria, sentimento que o romano Cícero, chamou de *caritas patriae*, o amor à pátria, tão presente no seio da cavalaria medieval.⁴⁴ Um sentimento nacional parecia tomar conta dos portugueses naquele momento, a constante ameaça da perda da soberania portuguesa sobre seu território, construía um clima de medo, de insegurança e de ansiedade, o que levou à necessidade de se encontrar um defensor e também surgia como um fator importante para construção de uma identidade portuguesa. No início do século XV esse caráter nacionalista ganha mais força, quando o Milagre de Ourique passa a ser considerado oficialmente o momento fundador do reino lusitano. Semelhanças entre Afonso Henriques e D. João de Avis começam a ser traçadas. O mesmo traço miraculoso de Ourique, estará presente também em Aljubarrota (1385)⁴⁵, presságios, sinais divinos, acontecimentos extraordinários envolverão vitória portuguesa. Afonso Henriques fundador do reino português e D. João I, refundador do reino lusitano, teriam assim muitas semelhanças, foram escolhidos pelo povo, marcados com um sinal divino, verdadeiros messias do povo luso, agraciados com a proteção dos anjos, dos santos e do próprio Deus, garantindo assim a unidade do reino, tantas vezes ameaçada pelos inimigos. A narrativa de acontecimentos maravilhosos nas

⁴³ Fernão Lopes apresenta essa narrativa na sua crônica sobre D. Pedro I.

⁴⁴ Durante a Idade Média, houve a retomada de diversos temas com os quais na antiguidade se havia elaborado a ideia de pátria, dessa forma, juristas, teólogos e cronistas medievais puderam evocar em seus escritos a noção de que os reinos deveriam ser defendidos mesmo se fosse preciso morrer para que isso acontecesse.

⁴⁵ A Batalha de Aljubarrota decorreu no final da tarde de 14 de agosto de 1385 entre tropas portuguesas com aliados ingleses, comandadas por D. João Mestre de Avis e o seu condestável D. Nuno Álvares Pereira, e o exército castelhano e seus aliados liderados por D. João I de Castela. A batalha deu-se no campo de São Jorge, pertencente à freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós, nas imediações da vila de Aljubarrota, entre o referido concelho e Alcobaça. O resultado foi uma derrota definitiva dos castelhanos, o fim da crise de 1383-1385 e a consolidação de D. João I, Mestre de Avis, como rei de Portugal, o primeiro da Dinastia de Avis. A aliança Luso-Britânica saiu reforçada desta batalha e seria selada um ano depois, com a assinatura do Tratado de Windsor e o casamento do rei D. João I com D. Filipa de Lencastre. Como agradecimento pela vitória na Batalha de Aljubarrota, D. João I mandou edificar o Mosteiro da Batalha. A paz com Castela só viria a estabelecer-se em 1411 com o Tratado de Ayllón, ratificado em 1423. (MARQUES, 1997, p. 235).

crônicas oficiais pode ser entendida como representação de um contrapeso à banalidade e à regularidade do cotidiano da Idade Média, como o sobrenatural, o mágico, o milagroso, conforme defende Le Goff em suas obras.⁴⁶

A proximidade da casa de Avis com a ordem franciscana fica evidente no sermão proferido pelo membro da ordem, frei Pedro, várias vezes citado por Fernão Lopes. Nas palavras do frei, o que ocorria em Portugal era nada mais do que “maravilhas que Deus gostava de mostrar”. D. João I aparece como o novo Gideão, que defendeu os filhos de Israel com um menor número de soldados a cidade de Gabão, mas Deus fez chover pedra para proteger os seus filhos. Outro frei, João de Barroca narrava a história de um menino de oito meses de idade que havia se levantado do berço e entoado um canto: “Portugal! Portugal! Pelo rei D. João”!⁴⁷ Nessa passagem, como em outras desenvolvidas pela narrativa de Lopes, aparecem ainda outros acontecimentos maravilhosos, como o fato de ter chovido cera no reino e de ter aparecido vinte homens vestidos de branco na capela dos mártires, com as lanças da capela subitamente terem se acendido, demonstrando a influência do maravilhoso medieval, em uma constante associação entre o mundo terreno e o mundo espiritual. Não cessavam as comparações bíblicas feitas pelo cronista, como o episódio do discurso de D. João I, que para impulsionar os portugueses contra os castelhanos, dizia que a vitória não estava do lado daqueles que estavam em maior número, mas sim dos que estavam amparados pelo céu, recorrendo assim ao discurso de Judas Macabeu⁴⁸, que ao ser questionado sobre como lutaria Israel diante de um inimigo maior e mais poderoso e queria aniquilar seu povo dirá: “... para o Deus do céu não há diferença entre a salvação de uma multidão e de um punhado de homens, porque a vitória no combate não depende do número, mas da força que desce do céu.”⁴⁹

Cabia a D. João se tornar o melhor dos leigos, além de ter que cumprir o papel de promotor de execução de um plano transcendental de transformação de Portugal em uma verdadeira cópia da sociedade celestial, preparando o reino da Terra, para receber o reino de Deus.

Por isso as vias percorridas para compor uma imagem sagrada do rei e da dinastia de Avis, a partir do que se pode compreender da documentação analisada foram: compor a trajetória messiânica do fundador (o que nota-se tanto em

⁴⁶ Principalmente em *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*, 1983, p. 28.

⁴⁷ Histórias narradas na crônica de Fernão Lopes de 1419.

⁴⁸ Judas Macabeu, personagem do Antigo Testamento, precisamente do século II a.C., que ao lado de Heitor de Troia, Alexandre da Macedônia, Júlio César, Josué, Arthur, Carlos Magno e Godofredo de Boullion, compunha a galeria de heróis na literatura cavaleiresca entre os séculos XII e XIV.

⁴⁹ Bíblia Sagrada de Jerusalém, I Macabeus, cap. 3, versículo 18 ao 20, 1998, p. 560.

Aljubarrota como em Ceuta), ressaltar os elementos que comprovam a santidade de D. João I a partir de suas ações e seus gestos virtuosos e evidenciar, nos escritos, um modelo de família e realeza singular, devota, virtuosa e abençoada por Deus. (VENTURA, 1997, p. 87).

Diferentemente dos reis franceses e ingleses, que tinham o poder de “curar”, ou eram coroados com frequência, chamados de cristianíssimos, os reis de Portugal tinham nos gestos, atitudes e palavras a marca da graça divina, o que os colocava como representantes legítimos de Deus no mundo. A sacralidade dependia muito mais das suas atitudes, dos seus exemplos, na constante luta contra o pecado, ou qualquer tipo de vício que os alçava a perfeição evangélica, portanto, muito mais do que rituais, cerimônias ou consagrações pelos clérigos, dependiam os reis de Portugal de um aprimoramento espiritual e da busca pela santidade. Assim sendo, a ascensão do “Messias de Avis”, inauguraria novos tempos para Portugal, consolidando a unidade lusa, construindo um sentimento de comunidade e levando seu país a uma verdadeira Idade do Ouro.

O novo rei ocupa o trono com o apoio dos mercadores urbanos, dos comerciantes judeus, de uma pequena nobreza ansiosa por ascensão e pelos camponeses, todos envolvidos numa guerra de caráter ‘nacional’. Esta guinada executada pelo rei recompunha dois movimentos estratégicos tradicionais da Coroa portuguesa: a aliança com as cidades e a expansão para o sul. Nas circunstâncias, entretanto, esta recomposição desvendou um novo horizonte para a Coroa e Portugal. (FILHO, 2000, p. 139).

3.4 O INFANTE DOM HENRIQUE E OS DOIS DESTINOS DE PORTUGAL

O Infante D. Henrique foi o terceiro filho do casal Filipa de Lencastre e D. João I, ficou conhecido como o *Navegador*, ligado diretamente ao “Destino Manifesto” de Portugal. Pertencia a linhagem da Ínclita Geração⁵⁰ de D. Duarte, que por sua vez tinha sido o sucessor de D. João I. Nos governos dos irmãos e do sobrinho, encontrou apoio para colocar em prática sua característica tantas vezes evidenciada pelos cronistas, de um homem obstinado em atingir seus sonhos e cumprir seus deveres.

Na história do “Infante Navegador”, aparece como primeira grande missão a conquista de Ceuta no Norte da África, onde ele e os irmãos poderiam ser armados como

⁵⁰ Ínclita Geração, é o epíteto dado na História de Portugal aos filhos do rei João I de Portugal (1356-1433) e de Filipa de Lencastre (1360-1415). Foi cunhado pelo poeta Luís de Camões em "Os Lusíadas" (Canto IV, estância 50).

cavaleiros.⁵¹ Além dessa possibilidade somava-se o discurso de libertar Granada, que ainda se encontrava sob domínio mouro, dotando a conquista de uma ação em forma de Cruzada, na incansável luta contra o “infiel” muçulmano.

Apreciador de livros antigos, o Infante financiou as empresas de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira⁵², que receberam duas naus e foram enviados para terras africanas. Nessa viagem foram conduzidos ao ocidente, tendo os dois navegadores e aventureiros descoberto as ilhas no Atlântico conhecidas posteriormente como Porto Santo e Madeira. Para alguns historiadores, começava aí o impulso para os grandes descobrimentos de Portugal, levando o Infante a se entusiasmar mais por essa missão, do que propriamente pelo Norte da África. Além disso, os investimentos em terras africanas com a manutenção de fortalezas eram altíssimos e contratempos eram comuns como o desastre em Tânger, onde fora sequestrado o Infante D. Fernando, irmão caçula de D. Henrique, que acabou falecendo em Fez⁵³.

D. Henrique se notabilizou entre outras coisas, por ter um grande interesse em assuntos cartográficos, o que era característica da Ordem de Cristo, a qual ele pertencia. Sua avidez pelos conhecimentos geográficos do mundo acabou por influenciar o irmão D. Pedro a viajar pelas cortes europeias, recebendo em Veneza uma série de mapas, alguns ligados a Biblioteca de Alexandria e sendo presenteado também com o famoso diário de Marco Polo.

Estes documentos terão servido como o impulso decisivo para que o Infante levasse a frente o projeto dos Descobrimentos. Explorando a Crônica de Zurara, Sebastião demonstra que seis teriam sido as razões do Infante:

Objectivos científicos: conhecimento por experiência de terras e mares desconhecidos; objectivos comerciais e culturais: estabelecimento de relações comerciais com outros povos; objectivos geopolíticos: conhecer a extensão do domínio mouro no Norte da África; objectivos político-religiosos: a demanda do Reino do Preste João ou de um rei cristão que estivesse nas terras que se acreditavam dominadas pelos mouros e que poderia ajudar na disseminação e luta dos cristãos contra os mouros em terras africanas; objectivos religiosos: a conversão de novos povos à fé cristã; objectivos

⁵¹ A armação dos infantes era tradicionalmente feita em campo de batalha. Por causa do Tratado de Paz de Castela firmado em 1411, estava impedido de ocorrer a investidura em terras da Península Ibérica. Com o fim das guerras peninsulares a nobreza se encontrava ociosa e muitos abandonaram as armas para se dedicarem à administração do campo. A paz garantida servirá para impulsionar o empreendimento expansionista e irá devolver aos nobres sua condição de guerreiros.

⁵² Ambos navegadores e fidalgos da Casa do Infante D. Henrique, conhecidos pela conquista da Ilha da Madeira.

⁵³ D. Fernando ficou conhecido como o Infante Santo devido a sua vida de ascese, espiritualidade e abnegação, que de acordo com os cronistas tais qualidades ficaram evidentes em Fez. O desastre de Tânger teria servido como um sinal de que as Conquistas seriam um destino trágico para a trajetória portuguesa, profetizando o maior desastre da sua história, Alcacer-Quibir (BENSAÚDE, 1942, p. 225).

esotéricos (síntese dos anteriores): influência dos conhecimentos herméticos e cabalísticos, das motivações inconscientes na direcção dos arquétipos universais: a demanda do Graal, o Grande Monarca, o V Império. (SEBASTIÃO, op. cit., p. 77-78).

Fascinado pelos estudos do Universo e seus mistérios, empolgado com a terra conquistada, o Infante sonhava com as terras relatadas pelas narrativas dos viajantes que foram para o Oriente, mas que ainda eram desconhecidas dos europeus. O problema que tais relatos eram um misto de fábulas e lendas, sem ter com precisar o que era verdade e o que era falso nas penas de missionários, aventureiros e negociantes que entre outras coisas fizeram descrições sobre o Saara, os nômades do deserto, a selva, a abundância do ouro, os gigantes negros, o Egito e a Índia. Cada vez mais fascinado com suas leituras, D. Henrique começou a promover várias reuniões em Sagres, com matemáticos, astrônomos, físicos, navegadores, judeus, cristãos, mouros, aventureiros, que saíam do Norte da África, da Europa e que eram incentivados para rumarem às terras africanas para trazer seus olhares e assim, ajudarem o Infante a traçar seu próprio mapa.

Para impulsionar ainda mais os sonhos do Infante surge a caravela em 1441, como grande símbolo da epopeia portuguesa, acompanhada naquele momento pelo aperfeiçoamento do uso de instrumentos até então não muito aproveitados, como a bússola, o astrolábio e o quadrante. As caravelas revolucionaram o processo expansionista, com dois mastros, com a vela latina que tinha a capacidade de aproveitar as aragens de navegar contra o vento e de conseguir possuir uma popa de linhas elegantes. Era rápida, leve, de fácil domínio, com a capacidade de enfrentar adversidades marítimas, intempéries climáticas e de enfrentar o “desconhecido”. D. Henrique obtinha assim uma grande conquista para os seus planos e poderia colocar em prática seus objetivos exploratórios das terras que povoavam o seu imaginário.

Uma primeira grande conquista do Infante foi a passagem de Gil Eanes, em 1434 pelo Cabo Bojador, que representou o fim da geografia medieval, fazendo com que as lendas e superstições cedessem lugar a experiência, estavam enterrados os monstros míticos que impediam o espírito humano de querer passar “*além do Bojador, para ter que passar além da dor*”. Para além do Bojador não haveria mais perigos imaginários, somente perigos físicos.

A dobragem do Cabo Bojador constitui um primeiro momento arquétipo de convivência direta e real com uma das maiores fontes de terror da Idade Média. O perigo real deste cabo reside no facto de ser um recife que se estende até longe da costa e onde as águas são pouco profundas. Existem certas zonas a

vinte e cinco quilómetros de distância da costa com apenas dois metros de profundidade. Os navegadores, ao quererem ter sempre terra à vista, aproximavam-se demasiado embatendo no recife. É de notar, no entanto, que do ponto de vista técnico a dobragem não se averigua difícil pois basta que o navio se afaste da costa. A verdadeira dificuldade residia na resistência mental por causa da incerteza do regresso. Gil Eanes destaca-se não só pelo feito da dobragem, mas também por ter conseguido vencer o medo da queda no abismo do mar que a sua tripulação sentia. Com a passagem do Cabo Bojador, o medo viajou mais para sul, para o Cabo da Boa Esperança que se tornou no receptáculo dos medos anteriores. (TOMÁS, 2013, p. 36).

A enorme quantidade de informações proporcionadas pelos descobrimentos beneficiou intelectuais, navegadores e uma população mais instruída. Informações sobre fauna, flora, meteorologia, marés e suas ligações com fases da lua, clima, correntes marítimas, massas de ar, cartografia, clima, geografia, povos e seus costumes, comércio, sociedades diversas, tornaram-se fontes e temas de discussões e debates nos meios intelectuais peninsulares. A cultura europeia era afetada diretamente pelos descobrimentos portugueses, que rompiam com um mundo antigo cheio de fantasias e descrições imaginárias dotadas de coisas sobrenaturais, projetando uma missão para Portugal que era trazer a humanidade para outra realidade. Os descobrimentos afetaram diretamente a produção renascentista, não obstante também contribuíram para o surgimento de relatos cheios de exotismo e misticismo, já que não se rompe de uma hora para outra com uma cultura tão forte quanto a da cristandade teocêntrica.

Tais feitos não passariam em branco para Zurara, que como cronista régio defendia que a escrita era importante para preservar a memória sobre os homens e “os feitos realizados a serviço do rei”.⁵⁴ Para a mentalidade da época “a inserção dos homens nestes textos não apenas significava sua heroicização, mas a possibilidade de outros de sua linhagem adquirir benefícios e terem um exemplo a seguir”.⁵⁵ Assim sendo, D. Henrique é erguido à condição de grande líder, um verdadeiro herói da nação portuguesa, um príncipe como o arquétipo do cruzado piedoso, ardente de fervor religioso e indómito na luta contra os infiéis, sem deixar de referir intuitos de proselitismo, interesse econômico, nunca para ele mesmo e curiosidade científica, num programa de grande alcance, mas perfeitamente humano. Seus dotes físicos eram também exaltados:

Possuía estatura regular, compleição vigorosa, membros fortemente musculados, pele branca e corada, o rosto tostado

⁵⁴ Ver Zurara, 197, p. 88.

⁵⁵ Ver Orta, 2007, p. 67.

pelo ar do mar, os cabelos levantados, o olhar duro, uma extrema gravidade no porte, gestos sóbrios, palavra suave e vagarosa. Mesmo quando se zangava, “as mais escandalosas” palavras, que proferia, eram ‘Dou-vos a Deus! Sejais de boa ventura’! Dotado de uma extraordinária energia física, era capaz de um dispêndio extremo de energia, como narrou João de Barros. (PERES, 1982, p. 97).

Como líder carismático conseguiu mobilizar seus homens para se aventurarem rumo ao desconhecido, obtendo dos seus subordinados obediência e submissão. Resistiu aos percalços da vida, como na perda dos irmãos D. Fernando em Tânger e D. Pedro em Alfarrobeira, sendo considerado um homem de coração duro, pela postura e comportamento diante da morte, o que também evidenciava que acima dos impulsos afetivos estava a razão de Estado, ao contrário de D. Duarte que teria morrido de desgosto pouco tempo depois da morte de D. Fernando. D. Henrique se tornou no imaginário português o grande timoneiro, que por meio de sua vontade heroica juntamente com a Providência permitiram que se iniciassem as Conquistas e os Descobrimentos. A monarquia portuguesa poderia a partir de então, trilhar por esses dois caminhos, aproveitando-se de um povo imbuído de cega obediência, esperando do monarca o papel de organizar os recursos e apontar o caminho.

Atrás dos audaciosos projetos de D. Henrique, estavam os recursos e bens da Ordem de Cristo, da qual foi governador e soube muito bem administrar e multiplicar os rendimentos por meio de projetos na agricultura, pecuária, indústria manufatureira e até na pesca. Entretanto, juntos às receitas vinham também as despesas do empreendimento ultramar, tais como construção naval, manutenção e reparação das naus, pensões a viúvas, pagamento de resgate de marinheiros sequestrados, combate à pirataria, construções de edifícios públicos. D. Henrique financiou projetos educacionais, já que defendia a ideia de que a ciência era a fonte de todo o bem, para tanto, incluiu nos estudos básicos as disciplinas matemática, astronomia, que se juntaram à gramática, lógica, retórica, que já tradicionalmente eram ensinadas desde Carlos Magno.

Para além de heranças científicas, econômicas e expansionistas, o Infante se preocupava com os aspectos religiosos, enquanto cristão sonhava com a queda do Islão por meio de uma missão cruzadística, fazendo questão de sempre lembrar seus pares dos primórdios da expansão marítima e as razões da sua existência, como no discurso proferido em primeira pessoa, já no final da vida se dirigindo à Ordem de Cristo:

“Os trabalhos dos homens principalmente devem ser por serviço de Nosso Senhor Deus e assim de seu Senhor porque hajam de receber galardão de glória (e) em este mundo honra e estado. Quem estabelece o que é serviço do Senhor são os senhores deste mundo e são eles que neste mundo distribuem glória, honra e estado. E sendo certo como, desde a memória dos homens, se não havia alguma notícia na Cristandade dos mares, terras e gentes que eram além do Cabo de Não contra o meio dia, me fundei de inquirir e saber parte, de muitos anos passados para cá, do que era desde o dito Cabo Não em diante, não sem grandes meus trabalhos e infindas despesas, especialmente dos direitos e rendas cuja governança assim tenho, mandando per os ditos anos muitos navios e caravelas com meus criados e servidores, os quais, por graça de Deus, passando o dito Cabo de Não avante e fazendo grandes guerras, alguns recebendo morte e outros postos em grandes perigos, prouve a Nosso Senhor me dar certa informação e sabedoria daquelas partes desde o dito Cabo de Não até passante toda a terra de Berberia e Núbio e assim mesmo per terra de Guinéa bem trezentas léguas, de onde até agora, assim no começo por guerra como depois por maneira de trauto de mercadoria e resgates, é vindo à Cristandade mui gram número de infiéis cativos, do qual, dando grandes louvores a Nosso Senhor, a mor parte são tornados à sua santa fé. E está bem aparelhado para muitos mais virem e serem feitos cristãos, além das mercadorias, ouro e outras muitas coisas que de lá vêm e se cada dia descobrem muito proveitosas a estes reinos e a toda a Cristandade”. (COELHO, 2000, p. 68-69).

Após a morte de D. Henrique, em 1460, D. Afonso V emerge como um monarca disposto a intensificar o comércio no Norte da África, a afastar os mouros da Península e também a vingar-se da morte do tio D. Fernando. D. Afonso V, *o Africano*, confiou a exploração da costa Atlântica da África aos navegadores e membros da nobreza. Pedro de Sintra ultrapassou Serra Leoa e Diogo Afonso concretizou a exploração das ilhas atlânticas. Portanto, a morte do Infante só veio a consolidar aquilo que ele construía a abertura de caminhos que permitiram às gerações posteriores descobrir mais terras e mais povos, além de conquistarem maior grandeza e riqueza. Reforçavam-se também a cada conquista, a cada nova notícia de descobrimentos os laços entre a realeza lusa e a Santa Sé, que solicitava ou quase que obrigava a divulgação de informações sobre as terras descobertas. Enfim, D. Henrique contribuíra de forma notável para consolidar a ideia da mística que envolvia sua família, seu reino e o destino imposto ao mesmo, levando até importantes historiadores lusos a se renderem à sua figura, como por exemplo, Damião Peres, que assim definiu o Infante:

“O Infante D. Henrique não foi realmente um geógrafo, mas tudo mostra que a sua inteligência se abria à curiosidade geográfica; não foi cartógrafo, mas soube compreender e utilizar o conhecimento dos que o eram; não foi um missionário, mas promoveu o proselitismo cristão; não foi um cruzado, mas combateu contra os muçulmanos na conquista de

Ceuta e na tentativa de Tânger; não foi um descobridor, mas estimulou as navegações de descobrimento; não foi um mercador, mas impulsionou a exploração mercantil do ultramar português; não foi um economista, mas soube criar o intercâmbio de produções tão característico da expansão ultramarina de Portugal. Sem ser enorme em um só aspecto, foi muito grande no conjunto deles”. (PERES, 1982, p. 325).

3.5 O “DESTINO MANIFESTO PORTUGUÊS” SOB OS OLHARES DE ROMA

A situação da religião em Portugal era totalmente diferente do restante da Europa na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Nas outras nações havia um gradual afastamento dos valores primitivos do Cristianismo, além de uma influência cada vez mais forte das estruturas clericais, já em Portugal a ideia de intermediários entre o terrestre e o divino era quase que inexistente, além de uma luta para se resgatar o espírito de fraternidade, perdido na visão de alguns místicos, com o advento do conceito de país escolhido por Deus. Os monges Ibéricos bradavam contra uma religião envolvida em impurezas e que poderia vir a desempenhar um papel de joguete político, usando o nome de Deus em vão.

Igreja e realza portuguesa construíram relações muitas vezes dúbias, com a presença de interesses de ambos os lados. Grandes e luxuosos templos foram erguidos, artistas de renome foram patrocinados para colocarem suas obras no interior desses templos, fé e riqueza, devoção e faustuosidade, humildade e luxo, caminharam lado a lado em um universo também marcado pela corrupção, onde pontífices receberam dos reis alguns benefícios financeiros em troca de concessões políticas e estratégicas.

Nos primórdios da nacionalidade portuguesa, o clero estava acima da lei e eram feitas doações de um terço das heranças à Igreja, o que originou conflitos com o clero até o reinado de D. Dinis. Neste, graças ao declínio do poder religioso, o clero teve de se subordinar à coroa. (SEBASTIÃO, op. cit., p. 95).

As relações conflituosas entre clero e os reis tiveram início com as disputas pelo direito de entrada do comércio marítimo pelo Douro, tanto é que isso rendeu uma excomunhão, a do rei Sancho I e uma guerra civil, que conduziu à deposição de Sancho II por Inocêncio IV, no ano de 1245.⁵⁶ Esses litígios só se encerraram a partir de discussões acerca

⁵⁶ Ocorreu uma direta intervenção do Papa Inocêncio IV, tentando intermediar as disputas entre o monarca e o clero português, com a ameaça de deposição do rei e a ascensão ao trono de D. Afonso, irmão de Sancho. Afonso era Conde de Bolonha, homem ligado à Santa Sé e considerado um devoto às coisas da Pátria e dos seus habitantes. O Papa esperava que um novo monarca se tornasse protetor das igrejas, mosteiros, lugares sagrados, socorresse os clérigos, viúvas e os órfãos, além de recuperar a favor do clero os bens perdidos. O Conde de Bolonha ter-se-á comprometido, em Paris, com o Papado em cumprir estas disposições, mas uma vez

dos limites do poder estatal sobre os negócios da Igreja, iniciadas com D. Afonso III e encerradas com D. Dinis, que soube muito bem negociar com os bispos portugueses.

Quando D. Dinis assume a coroa portuguesa, com o peso de substituir o pai excomungado, o mesmo conseguirá limitar a aquisição de propriedades por parte do clero, por perceber que o aumento do poder temporal da Igreja de Roma representava a diminuição da influência da Coroa, convencendo o clero a voltar-se mais para a espiritualidade do que pelas questões sociais e políticas. A corte de D. Dinis diferenciava-se por ser muito mais letrada e moralmente evoluída, fator que ajudou a reforçar a autoridade do rei, além de promover a imagem e autoridade do monarca como alguém revestido de autoridade dada por Deus, investidos pelo próprio Espírito Santo, portanto não precisando ficar totalmente dependentes do Papa.

Os monarcas portugueses ganharam muita força com a promulgação do *Beneplácito Régio*, concedido à D. Pedro I, que através das Cortes de Elvas ordenou que as letras pontificias não poderiam ser publicadas sem seu consentimento, limitando o poder do clero que não mais podia criar regras ou leis em seu benefício. Protestos do clero português e da própria Santa Sé, foram rebatidos pelo rei com o argumento de que tal medida protegeria o país de cartas pontificias falsas e de conteúdos não adequados à realidade particular de Portugal, o Cisma do Ocidente surtia seus reflexos também no reino luso.

“O Cisma do Ocidente (aberto no século XIV e só resolvido em 1417, com o Concílio de Constança) enfraqueceu a autoridade da Igreja e deixou o caminho aberto para que o monarca (partindo do pressuposto do dever de proteção da instituição eclesial) passasse a intervir nos domínios de jurisdição eclesiástica, como na designação de prelados de sua confiança e até familiares para altos cargos do clero no reino. Questão essencial nesse âmbito, referente ao contexto português, foi a instituição do *beneplácito régio*, que instituiu a proibição de publicar bulas ou quaisquer letras apostólicas antes de previamente serem examinadas pela chancelaria régia. (TREVISAN, 2016, p. 139).

Com D. João I, que subiu ao trono com apoio da Santa Sé, o poder do rei no reino se consolida perante o quadro eclesiástico. Alguns conflitos que surgem estão ligados à promulgação das chamadas *leis jacobinas*⁵⁷. A justificativa de D. João I era ter que agir contra

nomeado rei de Portugal, e após uns anos de paz, os conflitos entre o clero português e a Coroa começaram (ALMEIDA, 1967, p. 200).

⁵⁷ Como em outros reinos da cristandade, também o rei português, recorrendo tanto à fundamentação teológica como ao direito romano, considerava ser seu direito e dever exercer jurisdição sobre muitos casos que o clero tinha como exclusivamente seus. A 19 de Dezembro de 14191 o Doutor Diogo Martins publicitou perante todos os desembargadores, ouvidores e sobrejuizes de D. João I um conjunto de quarenta ordenações que logo

abusos de um clero que muitas vezes se comportava contra o serviço de Deus, queixas que constantemente eram apresentadas pelos súditos do reino. O monarca exigia ainda que passasse por ele toda normativa vinda de Roma e ainda determinava que a prática de heresia no reino deveria ser julgada pelo monarca e não pelo clero. As determinações jacobinas fizeram com que membros do Alto Clero levassem várias queixas ao Papa, argumentando que as ordenações eram desonestas, pois abriam “brechas para abusos dos nobres e oficiais do rei contra a liberdade eclesiástica” (MARQUES, p. 39, 1994).

Não foi preciso muito tempo para se resolver essas querelas, já que a presença de dominicanos, franciscanos acabou por estreitar os laços entre a coroa e o clero português. Os membros dessas ordens eram homens letrados, que ou tinham frequentado a universidade ou haviam passado por rígida formação escolar religiosa. A monarquia avisina destacou-se na história por ter se preocupado com o saber e com uma base intelectual dinástica com muitos argumentos construídos pelo pensamento religioso ou franciscano ou dominicano. Portanto foram enviados vários desses clérigos para estudarem na conceituada Universidade de Bolonha e depois retornarem para a corte. Alguns outros chegaram a frequentar as inglesas Oxford e Cambridge, principalmente quando a “inglesa Filipa de Lencastre se tornou rainha de Portugal” (GOMES, 2000, p. 375). Grande parte desses legistas havia passado pela Cúria Romana e havia participado como representante de Portugal nos concílios de Pisa, Constança e Basileia.

A também utilização do direito imperial romano ajudou no fortalecimento do poder régio, tendo a Universidade de Bolonha um papel fundamental para legitimação desse poder. A sacralidade da monarquia e o direito romano se completaram como base de suporte do reforço do poder régio, beneficiando a Dinastia de Avis, transformando o rei no vigário de Deus junto ao poder temporal. A casa de Avis buscava assim construir uma proximidade com a Igreja, por meio de uma vivência específica de religiosidade, em que os deveres régios e cristãos eram implicados, “defender o reino era defender a fé” (SARAIVA, 2001, p. 170).

Os descobrimentos conduziram as relações entre os soberanos de Portugal e a Santa Sé a outro patamar, já que a propagação da fé aos territórios encontrados era de total interesse de uma Igreja que perdia influência na Europa. Portugal garantiria a Roma vantagens em territórios ultramarinos e ajudava a combater os turcos no Oriente, impedindo o avanço desses para a Europa. Além disso, os portugueses contribuíram decisivamente para a ciência renascentista, o que fora muito bem aproveitado pelos missionários que expandiam a fé

foram designadas por “leis jacobinas” por serem da inspiração ou mesmo da autoria de Diogo Martins, isto é, Iacobus Martini. (COELHO, 2005, p. 27).

utilizando a palavra escrita em compêndios básicos, dicionários, catecismos, manuais práticos, gramáticas, fazendo com que a Igreja tivesse total controle sobre a doutrina difundida pelo mundo com a ajuda dos portugueses. Diante dessa proximidade:

“A expansão colonial lusitana contava também com a anuência da Santa Sé, cuja força política era então muito respeitada. Através de diversos documentos pontifícios, os papas confirmavam os direitos dos portugueses sobre as novas terras, tendo em vista a conversão dos infiéis. Dessa forma a Santa Sé sacralizava as conquistas lusitanas, dando-lhes uma tônica de cruzadas com a finalidade de promoção da fé. As bulas papais passaram a enaltecer as conquistas realizadas durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, e mais especificamente a ação do Infante D. Henrique, irmão de D. Duarte e tio de Afonso V, em suas campanhas bélicas ao longo do século XV. Quatro pontífices se destacaram nessa atuação de enaltecimento das conquistas lusas: Eugênio IV (1431-1447), Nicolau V (1447-1455), Calisto III (1455-1458) e, um pouco mais tarde, Sisto IV (1471-1484). Na medida em que os lusos obtinham o domínio sobre novas terras, a Santa Sé oficializava com o seu sigilo essa expansão colonial. (AZZI, op. cit., p. 41-42).

Em 8 de dezembro de 1436 em uma bula intitulada *Rex Regnum*, o papa Eugênio IV lembra que D. João I foi até a África para combater os sarracenos com seu exército, que impunha aflições aos cristãos, por meio de assassinatos e do cativeiro. Ceuta foi tomada, e D. Duarte, com a intenção de seguir o exemplo do pai, pede o auxílio da Igreja. O pontífice rogava “pelo sangue de Cristo a todos os imperadores, príncipes, barões e demais autoridades para que socorressem eficazmente os portugueses no extermínio dos infiéis”. Pela autoridade do papa, as conquistas de Portugal eram consideradas resultado de uma autêntica guerra santa. Em 1443 o mesmo papa voltaria a incentivar os príncipes cristãos a apoiarem o rei Afonso V de Portugal, “ordenando que se pregue a cruzada, que se imponha a cruz aos que se alistarem na expedição, concedendo ao mesmo tempo plena remissão nas culpas dos pecados aos que auxiliarem na empresa”. (SOARES, 1939, p. 33).

Por intermédio da Santa Sé o reino português garantia seus direitos sobre as terras africanas e sobre as ilhas atlânticas entregues aos cuidados do rei, no caso de Afonso V, ainda lhe foi concedida mercê de receber a permissão de fazer comércio com os mouros. A contrapartida exigida pela Igreja era o trabalho de evangelização e de construção das estruturas, como igrejas, mosteiros, etc., necessário para a propagação da fé. A conversão dos habitantes dos territórios adquiridos, desse modo, justificava e legitimava as ações, por exemplo, de captura de gentes e tratos com mouros e gentios.

“Quando se leem os textos de um cronista prioritariamente de gabinete como Gomes Eanes de Zurara, é possível perceber um claro compartilhamento dos valores e das orientações papais para as navegações na costa africana e uma notória valorização da ética de cavalaria. Dito mais detalhadamente, Zurara, em vários momentos da Crónica descobrimento e conquista da Guiné, chama atenção para as ações de conversão e combate ao infiel. Por exemplo, após descrever o pesar e o sofrimento da primeira grande quantidade de cativos – 235 segundo ele – que foram trazidos da costa africana para Portugal, Zurara narra que o infante D. Henrique separou os cativos que lhe eram de direito, quarenta e seis almas, com único interesse de “[...] salvação daquelas almas que antes eram perdidas”. (MICHELAN, 2013, p. 135).

Os monarcas portugueses são exaltados pela Igreja como verdadeiros difusores da fé e promotores da salvação das almas, portadores da verdadeira missão religiosa, e como tal reconhecida oficialmente pelo supremo magistério eclesiástico. São considerados como "atletas da fé cristã e lutadores intrépidos", e merecedores de todo apoio e auxílio da Santa Sé, nessa tarefa de "aumento e defesa da mesma fé", através da luta e da vitória sobre seus inimigos. Na perspectiva teológica da Santa Sé travava-se uma luta entre Deus e o demônio, sendo o demônio a expressão absoluta do mal, e os mouros os seus asseclas, a solução era subjugar-los, aniquilá-los e agora também, escravizá-los. É preciso deixar claro que é pouco provável que os homens do século XV vissem qualquer contradição em escravizar e converter africanos ao mesmo tempo; “escravizar era uma forma de facilitar a conversão e o batismo e a consequente salvação das almas”. (SAUNDERS, 1994, p. 17). Os pontífices constroem uma verdadeira teologia da história lusitana, por meio da qual os reis são considerados os porta-vozes da mensagem de Cristo no mundo.

Se um dia o povo escolhido por Deus fora o povo judeu, agora Deus dotara os portugueses e o reino lusitano como a expressão do reino messiânico de Cristo, portanto era evidente que Deus naquele momento estava do lado dos portugueses. O lado de Deus era o lado da Cristandade, que, no caso lusitano, coincidia com o projeto colonizador da Coroa. Do outro lado ficava o mundo dos infiéis, dos gentios, lá viviam aqueles que não eram cristãos, os verdadeiros inimigos, onde por conta desse afastamento de Deus, o demônio havia implantado o seu reinado. Dilatar a fé e o império significava, portanto, expandir o reino de Deus e destruir o império do demônio. A guerra territorial entre os lusos e os seus inimigos era vista assim com expressão da luta do reino divino da luz contra o poder das trevas infernais. A cruz e a espada, a missão mais a conquista, a graça e a eleição seriam capazes de derrotar as forças malignas. Todo esse imaginário somou-se ao espírito de nacionalismo do

povo luso, que de acordo com Charles R. Boxer foi durante muito tempo o que sustentou o Império Luso:

A certeza de que Deus estava do seu lado, e de que podia intervir, e intervinha diretamente em seu favor, foi sem dúvida um fator muito importante na conquista e manutenção de Ceuta, tal como nas viagens de descobrimentos e conquista que se lhe seguiram. Este nacionalismo exaltado ajuda a explicar as razões pelas quais os portugueses conseguiram conservar uma parte tão grande do seu precário império marítimo durante tanto tempo. (BOXER, 1977, p. 476).

Roma passa no século XV a entender que a existência dos portugueses para ela, era imprescindível, aceitando até mesmo a visão nacionalista dos lusos que entendiam que fora firmado um contrato entre eles e Deus. A história de Portugal seria um contrato renovado regularmente entre o Criador e os portugueses, no qual a Providência os protege sempre que se cumprem os Seus mandatos e os castiga quando deles se afastam. A proteção divina é conquistada quando se tornam dignos dela, por isso o rei deve encarnar uma natureza sobrenatural enquanto intérprete da vontade de Deus que O evoca para justificar e criar a unidade da pátria providencialista e escolhida para a sua missão, dilatar a fé e expandir o Império. Mas em meados do século XV outra missão surgiria para esse povo agraciado com o providencialismo divino, por meio de duas das Bulas mais importantes da história eclesiástica, os portugueses recebiam de Roma a missão de libertarem do cativeiro da ignorância e do desconhecimento da verdadeira fé, a prole de Caim e os descendentes de Cam, nem que para isso se tornasse necessário resgatar uma instituição que praticamente havia se extinguido no Ocidente, o escravismo. O Pe. Antônio Vieira, quase dois séculos depois do início dessa “missão”, expressou como pensavam os portugueses:

Nas outras terras, uns são ministros do Evangelho, e outros não; nas conquistas de Portugal todos são ministros do Evangelho. [...] Ser apóstolo, nenhuma outra coisa é senão ensinar a fé, e trazer as almas a Cristo; e nesta conquista, ninguém há que não possa, e ainda que o não deva fazer. [...] Não só são apóstolos os missionários, senão também os soldados e capitães, porque todos vão buscar gentios, e trazê-los ao lume da fé, e ao grémio da Igreja. (VIEIRA, 1957, p. 185).